



PROCESSO TC nº 16.833/17

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Seguridade Social do Município de Patos, **Sr. Ariano da Silva Medeiros**, concedendo Pensão por morte do servidor **Sr. Manoel Dantas Monteiro**, matrícula nº 171, Técnico Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, tendo como beneficiária a **Sra. Noélia Carvalho Monteiro**. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a **Sra. Noélia Carvalho Monteiro**.

É o voto!

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator



Processo TC n° 16.833/17

Objeto: Pensão

Beneficiária: **Noélia Carvalho Monteiro**

Servidor (a): *Manoel Dantas Monteiro*

Órgão: *Manoel Dantas Monteiro*

Gestor Responsável: **Ariano da Silva Medeiros**

Procurador/Patrono: **Não há**

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC n° 1.717 /2021

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC n° 16.833/17**, referente à concessão de Pensão por morte do servidor *Sr. Manoel Dantas Monteiro*, matrícula n° 171, Técnico Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, tendo como beneficiária a **Sra. Noélia Carvalho Monteiro**, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo [Portaria n° 083/2017], tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 25 de novembro de 2021.

Assinado 26 de Novembro de 2021 às 11:05



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
PRESIDENTE

Assinado 26 de Novembro de 2021 às 11:01



Cons. Antonio Gomes Vieira Filho
RELATOR

Assinado 1 de Dezembro de 2021 às 11:32



Luciano Andrade Farias
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO